

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 19, DE 12 DE JANEIRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o provimento de sessenta e cinco cargos de Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade e de sessenta e dois cargos de Analista Executivo em Metrologia e Qualidade do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, objeto do concurso público autorizado pela Portaria MP nº 32, de 8 de fevereiro de 2007.

Parágrafo único. O provimento dos cargos de que trata o art. 1º deverá ocorrer no mês de janeiro de 2010, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e
II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Presidente do Inmetro a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Interministerial nº 18/Mp/MF, De 11 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União 12 de janeiro de 2010, Seção 1, página 64, onde se lê: "GUIDO MANTEGA", leia-se: "NELSON MACHADO".

**SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO
E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS****PORTARIA Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 2010**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST, considerando o disposto no art. 1º, inciso I, e § 4º, do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 250, de 23 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, fixado pela Portaria MP/SE nº 18, de 09.09.2009, para 3.792 (três mil e setecentos e noventa e dois) empregados até 31.12.2011, e para 3.542 (três mil e quinhentos e quarenta e dois) empregados a partir 01.01.2012.

Art. 2º Fica a DATAPREV autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que seja observado o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 3º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal próprio da DATAPREV, ficam contabilizados, além dos empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão.

Art. 4º Ficam 100 (cem) vagas destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de aniñados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte dos quadros da empresa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO FRANCISCO BARELLA

SECRETARIA DE GESTÃO**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2010**

Dispõe sobre o processamento de propostas de fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 e considerando a necessidade de compatibilizar o pro-

cessamento das propostas de fortalecimento da capacidade institucional provenientes dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG com o ciclo de gestão orçamentária, resolve:

Art. 1º - As propostas de alteração das estruturas regimentais e de adequação da força de trabalho, visando ao fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sem prejuízo do atendimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 6.944, de 2009, deverão ser previamente encaminhadas para análise por meio eletrônico, de acordo com esta Instrução Normativa.

Art. 2º - As propostas a que se referem o art. 1º consistem em:

I - criação, realocação interna e transformação de cargos e funções, ou de sua extinção, quando vagos;

II - criação, reorganização e extinção de órgãos e entidades;

III - realização de concursos públicos e provimento de cargos e empregos públicos;

IV - revisão e aprovação de estrutura regimental e de estatuto;

V - remanejamento ou redistribuição de cargos e funções públicas; e

VI - autorização para contratação temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§1º O órgão ou entidade deverá apresentar as propostas de que tratam os incisos I, II, IV e V, quando acarretarem aumento de despesa, e as propostas do inciso III do caput deste artigo até o dia 31 de maio de cada exercício, de modo a compatibilizá-las com a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual.

§2º O encaminhamento por meio eletrônico, previsto nesta Instrução Normativa, somente será realizado por servidor previamente cadastrado no site www.siorg.gov.br.

§3º As propostas serão processadas pela Secretaria de Gestão, observando-se a ordem cronológica de protocolo, exceto quando se tratar de cumprimento de sentença judicial ou no interesse da Administração, a juízo do titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e serão submetidas a despacho conclusivo do titular da Secretaria.

Art. 3º - Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - estrutura básica: conjunto de órgãos e unidades administrativas, previstos em lei, subordinados diretamente a Ministro de Estado ou a dirigente máximo de órgão integrante da Presidência da República, de autarquia ou de fundação;

II - estrutura regimental:
a) de ministérios e órgãos da Presidência da República, o ato aprovado pelo Presidente da República que descreve as áreas de suas competências, desdobra o conjunto de órgãos e unidades administrativas integrantes da estrutura básica e relaciona as respectivas competências, atribuições dos dirigentes e outros assuntos inerentes à sua organização; e
b) de autarquias, o ato aprovado pelo Presidente da República que descreve as finalidades e competências, natureza e sede, desdobra o conjunto de órgãos e unidades administrativas integrantes da estrutura básica que são diretamente subordinados ao dirigente máximo da entidade e detalha as respectivas competências, a forma de direção, as atribuições dos dirigentes, o patrimônio, os recursos financeiros e outros assuntos inerentes à organização da autarquia;

III - estatuto: ato aprovado pelo Presidente da República que descreve as finalidades e competências das fundações públicas, sua natureza e sede, e detalha o conjunto de órgãos e unidades administrativas que são diretamente subordinados ao dirigente máximo da entidade, as respectivas competências, a forma de direção e nomeação dos ocupantes dos cargos e funções, as atribuições dos dirigentes, o patrimônio, os recursos financeiros e outros assuntos inerentes à organização da fundação;

IV - demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança: quadro anexo à estrutura regimental ou ao estatuto, aprovado por ato do Presidente da República, que contém o detalhamento dos cargos em comissão e funções de confiança à disposição do órgão ou entidade, demonstrando seus níveis e as relações de coordenação e subordinação entre os órgãos e unidades administrativas da estrutura básica;

V - regimento interno: instrumento jurídico que desdobra em subunidades administrativas os órgãos e unidades relacionados na estrutura regimental ou no estatuto, especifica suas respectivas competências e define as atribuições de seus dirigentes, devendo ser aprovado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo de órgão da Presidência da República, de autarquia ou de fundação sob cuja subordinação ou supervisão se encontrar o órgão ou a entidade; e

VI - remanejamento: a alocação, mediante lei ou decreto, de cargos em comissão e funções de confiança nas estruturas dos órgãos e entidades, podendo ou não implicar aumento de despesa.

Art. 4º - Quando da publicação das estruturas regimentais ou dos estatutos dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica ou fundacional, para fins de classificação de seus cargos em comissão e funções de confiança, considerar-se-á a nomenclatura padrão e o nível correspondente do cargo ou função, na forma apresentada no Anexo V.

§1º Não se aplica o disposto no caput às Instituições Federais de Ensino e ao Banco Central do Brasil.

§2º O cargo de Assessor Especial da Presidência da República, nível DAS 102.6, será admissível apenas nos órgãos essenciais ou de assessoramento imediato da Presidência da República, dispostos na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

§3º Somente Ministros de Estado, titulares de órgãos integrantes da Presidência da República e titulares de cargos de Natureza Especial poderão dispor de Assessores Especiais, nível DAS 102.5.

§4º Os cargos em comissão e as funções de confiança existentes no âmbito do Poder Executivo Federal, que não estejam relacionados no Anexo V, terão suas nomenclaturas definidas no ato normativo que aprovar seu Quadro Demonstrativo de Cargos e Funções, levando-se em consideração as especificidades de cada órgão ou entidade.

Art. 5º - Os cargos em comissão de Gerente de Projeto, Auditor-Interno e Diretor-Adjunto, nível DAS 101.4, de Diretor de Programa e Secretário-Adjunto, nível DAS 101.5, e os cargos de assessoramento não terão unidades administrativas ou cargos em comissão a eles subordinados.

Art. 6º - As propostas de fortalecimento da capacidade institucional, além das exigências e documentos relacionados no Decreto nº 6.944, de 2009, deverão ser encaminhadas da seguinte forma:

I - remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT - o preenchimento dos formulários contidos no Anexo I;

II - realização de concurso público - o preenchimento do formulário contido no Anexo II;

III - alteração de estrutura regimental, estatuto ou remanejamento de cargos em comissão e funções de confiança - o preenchimento do formulário contido no Anexo III; e

IV - autorização de contratação temporária de excepcional interesse público - o preenchimento do formulário contido no Anexo IV.

§1º Em complemento às informações solicitadas no inciso I, as propostas de remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT deverão observar, ainda, as disposições contidas no Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003.

§2º O formulário relativo aos anexos referidos nos incisos I a IV serão disponibilizados no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG, no site www.siorg.gov.br.

Art. 7º - O encaminhamento formal das propostas deverá ser feito na forma do art. 4º do Decreto nº 6.944, de 2009, observado o prazo fixado no art. 3º do mesmo Decreto.

Art. 8º - Quando se tratar de proposta de alteração ou aprovação de estrutura regimental ou estatuto deverão ser encaminhados, juntamente com a proposta de decreto, os seguintes anexos:

I - texto da estrutura regimental ou do estatuto;

II - quadro demonstrativo dos quantitativos e dos níveis dos cargos em comissão e das funções de confiança ou equivalentes;

III - quadro resumo de custos dos cargos em comissão e das funções de confiança, expressos em DAS-Unitários; e

IV - indicativo de remanejamento de cargos e funções, quando for o caso.

§1º Para fins do inciso I:

a) quando se tratar de órgão da Presidência da República ou de Ministério, deverão ser informadas as áreas de competência do órgão, as unidades administrativas integrantes da estrutura básica e as respectivas competências, as atribuições dos dirigentes e outros assuntos inerentes à sua organização;

b) quando se tratar de Autarquia ou de Fundação, deverão ser indicadas a finalidade e as competências, natureza e sede da entidade, as unidades administrativas integrantes da estrutura básica e as respectivas competências, a forma de direção, as atribuições dos dirigentes, o patrimônio e os recursos financeiros, e outros assuntos inerentes à organização da entidade;

§2º No caso de remanejamento ou redistribuição de cargos e funções públicas que acarretar aumento no quantitativo unitário de cargos em comissão e funções de confiança nas estruturas dos órgãos e entidades, o processo deverá ser instruído com atestado de disponibilidade dos cargos e funções emitido pelo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

Art. 9º - As propostas encaminhadas em desacordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 2009 e desta Instrução Normativa serão devolvidas ao órgão ou entidade de origem.

§1º As propostas encaminhadas até 21 de agosto de 2009 que tenham perdido o objeto ou que não tenham sido processadas até a entrada em vigor desta Instrução Normativa serão arquivadas, salvo manifestação em contrário do órgão ou entidade interessada, no prazo de trinta dias a contar da publicação da presente Instrução Normativa, devendo essa manifestação vir acompanhada de nova proposta, adaptada a este normativo.

§2º As propostas encaminhadas em data posterior à citada no § 1º que não tenham sido processadas até a data da publicação desta Instrução Normativa deverão ser adaptadas às suas disposições, excetuando-se os processos relativos à substituição de terceirizados que ainda estejam em andamento.

Art. 10 - Fica aprovado o Manual de Orientação para o Arranjo Institucional de Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal, que se encontra disponível no site www.siorg.gov.br.

Art. 11 - Serão divulgadas por extrato, no site eletrônico da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na rede internacional de computadores e no Portal Interno da Gestão - InformaSeges, as demandas de fortalecimento da capacidade institucional enviadas pelos órgãos e entidades, suas justificativas e o impacto orçamentário resultante, quando houver, bem como o resultado do processo.

Art. 12 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao procedimento eletrônico para envio das propostas, que entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data da publicação.

MARCELO VIANA ESTEVÃO DE MORAES

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



B) Quadro comparativo da estrutura de cargos e funções.

ESTRUTURA ATUAL				ESTRUTURA PROPOSTA				DIFERENÇA	JUSTIFICATIVAS(*)
Unidade	Cargo/Função	Denominação	NLS/DAS/VTG	Unidade	Cargo/Função	Denominação	NLS/DAS/VTG		

(*) Caracterização da necessidade de fortalecimento, demonstrando o alinhamento da proposta com os resultados pretendidos, em especial aos programas do PPA; novas atividades ou competências, imposição legal, etc

C) Quadro comparativo de Competências/atribuições.

MACRO-PROCESSOS/ PRODUTOS E SERVIÇOS	COMPETÊNCIAS ATUAIS		JUSTIFICATIVAS, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RESULTADOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR
	COMPETÊNCIAS PROPOSTAS		

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

A) Dados da Solicitação Original.

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE SERÁ ATENDIDO PELA DEMANDA	CÓDIGO SIORG
MINISTÉRIO COMO UM TODO	
ÓRGÃO DA PRESIDÊNCIA	
ALTO-ALTO	
FUNDAÇÃO	
SECRETARIA	
UNIDADE	

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA	ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA
ICT	TIPO DE CARGOS/FUNÇÕES/POSTOS:
CONCURSO PÚBLICO	QUANTITATIVOS DE CARGOS/FUNÇÕES/POSTOS:
ESTRUTURA REGIMENTAL/ORGANIZACIONAL	OUTROS (OLHANDO A DEMANDA NÃO ENVOJA CARGOS)
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	OUTROS (OLHANDO A DEMANDA NÃO ENVOJA CARGOS)
B) Informações necessárias à análise de processos de contratação temporária de excepcional interesse público.	
a) justificativa para contratação, com informações que comprovem o seu enquadramento em alguma das hipóteses previstas no art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993;	
b) informações sobre a força de trabalho atual do órgão ou entidade, discriminando natureza do vínculo, por unidade e setor;	
c) fundamentação específica da necessidade temporária de excepcional interesse público, com demonstração da insuficiência da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho do órgão ou entidade;	

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, I, da Portaria MP nº 30, de 16 de março de 2000, e de acordo com os arts. 23 e 31, I e §3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e com elementos que integram o Processo nº 05010.000032/2002-80, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargos ao Município de Belterra, Estado do Pará, de imóvel localizado geograficamente entre o Rio Tapajós e a Rodovia BR-163, no perímetro da Gleba Belterra, com área de 1.700 hectares, devidamente registrado sob a Matrícula nº 17.005, Livro 2-F, fl. 192, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º destina-se à execução de projeto de regularização fundiária da zona urbana do Município de Belterra.

Parágrafo único. É fixado o prazo de quatro anos, renovável, a contar da data de assinatura do contrato de doação, para que o donatário conclua a regularização do imóvel.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - efetuar a outorga gratuita da Concessão de Direito Real de Uso aos beneficiários de baixa renda moradores das áreas definidas pelo Plano Diretor Municipal, ou outra lei municipal, como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, desde que preencham os requisitos do art. 31, §5º, da Lei nº 9.636, de 1998;

II - conceder o direito real de uso, nos termos do 7º do Decreto-Lei nº 271, de 1967, ou doar, aos ocupantes que preencham os requisitos do art. 31, §5º, da Lei nº 9.636, de 1998, os imóveis urbanos que não se encontrem em áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, no Plano Diretor ou outra lei municipal;

III - alienar o domínio pleno ou efetuar a outorga onerosa da Concessão de Direito Real de Uso aos beneficiários que não se enquadrem no perfil de baixa renda ou para atividades com fins lucrativos, destinando o produto da venda à implantação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento urbano, de acordo com o art. 31, §3º, da Lei nº 9.636, de 1998;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010011300048

IV - doar à União as áreas necessárias ao serviço público federal;

V - promover o registro das transferências de direitos reais de parcelas do imóvel doado junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente;

VI - manter cadastro municipal atualizado das áreas supramencionadas;

VII - fiscalizar o uso e conceder ou não anuência prévia para as transferências de lotes nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, garantindo as finalidades de interesse social dessas zonas definidas em lei municipal.

Art. 4º O imóvel doado reverterá automaticamente à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer descumprimento de cláusula contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JORGE ARZABE

Ministério do Trabalho e Emprego

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 21 de dezembro de 2009

Processo 46312.004033/2009-52

Nos termos do pronunciamento constante na folha 62 do presente processo e usando da competência que me foi delegada pela Portaria nº 02, de 25 de maio de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho MTE, HOMOLOGO o Plano de Quadros e Salários do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região - CRECI/MS, ficando expresso que, qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá da prévia aprovação desta Regional.

MARLENE ALVES NOGUEIRA RONDON

d) informações sobre o pessoal a ser contratado, tais como: quantitativo, remuneração, classificação das atividades no caso de contratação para desempenho de atividades especializadas;

e) distribuição do pessoal a ser contratado nas unidades/setores que compõem o órgão ou entidade;

f) declaração do ordenador de despesa do órgão ou entidade atestando a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as despesas com as contratações;

g) minuta de contrato, elaborada de acordo com normas previstas na Lei nº 8.745, de 1993, com descrição específica das atividades a serem desempenhadas pelos contratados de acordo com a área de atuação.

ANEXO V

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

CÓDIGO	CARGOS
	Cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Qualificadas - FQ
DAS 101.6	secretário de área finalística, secretário-executivo adjunto, presidente de autarquia e fundação, subsecretário de área da Presidência da República, auditor-geral da União, coordenador-geral da União;
DAS 101.5	chefe de gabinete de Ministro de Estado, diretor de departamento ou diretoria, diretor de programa, consultor jurídico, secretário de controle interno, subsecretário de ministério, procurador-chefe de procuradoria federal especializada, secretário-adjunto, chefe de assessoria especial;
DAS 101.4	chefe de gabinete de secretário, coordenador-geral, chefe de gabinete de autarquia e de fundação, chefe de assessoria, auditor-chefe, auditor-interno, diretor-adjunto, procurador-chefe de procuradoria federal, gerente de projeto, corretor, ouvidor, superintendente-geral, gerente regional, superintendente-regional, superintendente-estadual;
DAS 101.3	coordenador, superintendente, delegado;
DAS 101.2	chefe de divisão;
DAS 101.1	chefe de seção, chefe de centro, chefe de distrito;
DAS 102.6	assessor especial da Presidência da República;
DAS 102.5	assessor especial;
DAS 102.4	assessor;
DAS 102.3	assessor técnico;
DAS 102.2	assistente;
DAS 102.1	assistente técnico;
FG-1	chefe de seção, chefe de agência, assistente I;
FG-2	chefe de setor, chefe de posto, assistente II, e
FG-3	chefe de núcleo, chefe de equipe, supervisor operacional, assistente III;
CG-1	Cargos Comissionados e Cargos Comissionados Técnico das Autarquias Reguladoras;
CG-2	presidente, diretor-geral ou diretor-presidente de agência reguladora;
CG-3	superintendente, gerente-executivo, gerente-geral, procurador-chefe, auditor-chefe, auditor interno, secretário-geral, chefe de gabinete do diretor-presidente, corretor;
CG-4	chefe de assessoria, ouvidor, gerente, chefe de gabinete, diretor-adjunto;
CG-5	superintendente-adjunto, chefe de secretaria, coordenador-geral, gerente de projeto;
CG-6	coordenador;
CA-1	assessor especial;
CA-2	assessor;
CA-3	assessor técnico;
CA-4	assistente especial;
CA-5	assistente técnico;
CA-6	coordenador, subcoordenador;
CA-7	chefe regional, chefe de agência;
CA-8	chefe de divisão, assistente I;
CA-9	chefe de seção, assistente II, e
CA-10	chefe de núcleo, assistente III;

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 65, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório Nº 136.2009.03.00.2/1, instaurado em face de representação formulada pela Vara do Trabalho de Ubá/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, irregularidades no Meio ambiente do Trabalho - Atividades e Operações Insalubres (NR15) - resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 136.2009.02.002/1, contra: MUNICÍPIO DE UBA, CNPJ 18.128.207/0001-01, localizado na Praça São Januário, 238 - Centro, Ubá/MG - CEP 35600-000.

FERNANDA BARBOSA DINIZ

PORTARIA Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000165.2009.03.002/7, instaurado em face de representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, irregularidades na contratação de atletas de futebol menores de idade, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000165.2009.03.002/7, contra: TUPI FOOT BALL CLUB, CNPJ Nº 21.578.505/0001-08, localizado na Rua José Calil Alhomgi, 332 - Centro, Juiz de Fora/MG - CEP 36064-080.

FERNANDA BARBOSA DINIZ

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.